

## GRÊMIO ESTUDANTIL E PROTAGONISMO FEMININO: O CASO DO COLEGIADO DA ESCOLA SIMÃO ÂNGELO À LUZ DA AGENDA 2030

Ricardo de Macedo Machado<sup>1</sup>  
Raniere de Carvalho Almeida<sup>2</sup>  
Cícero Moraes Dantas<sup>3</sup>  
Wecsley Fernandes Lima<sup>4</sup>  
Marcos Antônio Alves Barros<sup>5</sup>

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17496638>

**Resumo:** O Grêmio Estudantil (GE) é um órgão colegiado representativo dos interesses dos estudantes nas escolas de Educação Básica. O estímulo para sua existência e atuação é fundamental para a construção de espaços de representatividade e protagonismo juvenil. Destarte, questiona-se: a Escola Simão Ângelo em Penaforte-CE tem incentivado a participação de alunas na composição do GE, contribuindo para o empoderamento feminino e promoção da equidade de gênero conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Organização das Nações Unidas (ONU)? Seu objetivo foi verificar se o colegiado tem contribuído para a igualdade de gênero e construção de uma educação inclusiva, participativa e identitária a partir da escola. Para seu alcance, adotou-se a abordagem quanti-qualitativa com o método estudo de caso e pesquisa bibliográfico-documental. Documentos do GE, legislações educacionais e fontes literárias foram apreciadas em 2024.1, à luz da estatística descritiva básica e princípios da análise de conteúdo para a compreensão da problemática. Seus resultados demonstraram que o GE conta com expressiva participação feminina (65%) na sua composição. A presidência e vice são exercidas por alunas, assim como os cargos de secretaria, tesouraria, diretorias de políticas sociais e educacionais, diversidade de gênero e de relações étnico-raciais, dentre outros. Atividades de cunho pedagógico-cultural e recreativas como ações de combate ao racismo e outras violências e a realização de eventos escolares foram alguns dos trabalhos protagonizados pela gestão gremista. Conclui-se que o GE constitui ferramenta educativa de luta pela igualdade de gênero, contribuindo localmente para a efetivação da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Penaforte, Escola, Protagonismo, Igualdade de gênero.

## ***STUDENT UNION AND FEMALE PROTAGONISM: THE CASE OF THE SIMÃO ÂNGELO SCHOOL BOARD IN LIGHT OF AGENDA 2030***

**Abstract:** The Student Union (GE) is a collegiate body that represents the interests of students in basic education schools. Encouraging its existence and activity is fundamental to building spaces for representation and youth protagonism. The question therefore arises: has the Simão Ângelo School in Penaforte-CE encouraged the participation of female students in the composition of the GE, contributing to female empowerment and the promotion of gender equality in accordance with the United Nations (UN) Sustainable Development Goal (SDG) No. 5? Its aim was to verify whether the collegiate body has contributed to gender equality and the construction

<sup>1</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado da Bahia

<sup>2</sup> Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela UNIVASF

<sup>3</sup> Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>4</sup> Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado da Bahia

<sup>5</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri.

of an inclusive, participatory and identity-based education at school. To achieve this, a quantitative-qualitative approach was adopted using the case study method and bibliographic-documentary research. EG documents, educational legislation and literary sources were analyzed in 2024.1, in the light of basic descriptive statistics and content analysis principles to understand the problem. The results showed that the GE has a significant female membership (65%). The presidency and vice-presidency are held by female students, as are the positions of secretary, treasurer, directors of social and educational policies, gender diversity and ethnic-racial relations, among others. Pedagogical, cultural and recreational activities, such as actions to combat racism and other forms of violence, and the organization of school events were some of the activities carried out by the Gremista management. The conclusion is that the GE is an educational tool in the fight for gender equality, contributing locally to the implementation of the 2030 Agenda.

**Keywords:** Penaforte, School, Protagonism, Gender equality.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação, direito inalienável de todos/as, constitui-se como ferramenta fundamental para a inclusão social, redução das desigualdades e fortalecimento da democracia. É dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, promovê-la em sentido amplo e irrestrito, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para ingresso no mundo do trabalho (Brasil, 1988).

Na Educação Básica, a escola e seus organismos colegiados constituem-se como espaços essenciais para a formação intencional das juventudes, congregando em seu interior a diversidade político-cultural, econômica e social da comunidade à qual pertence. Nessa seara, é fundamental que tal instituição pautem seu funcionamento e práticas político-pedagógicas nos princípios da equidade, igualdade, justiça, inclusão e participação democrática, acolhendo a todos/as sem distinção de gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, religiosa, dentre outras, afirmando-se como espaço de criação e difusão do saber científico (Brasil, 2018).

Acerca das reflexões expostas, considera-se, em particular, que o Grêmios Estudantil (GE), como órgão colegiado nas instituições básicas de ensino, pode representar valiosa contribuição para a efetivação dos princípios acima elencados, especialmente quanto à promoção da equidade de gênero a partir do estímulo ao protagonismo feminino nos mais diversos âmbitos da vida escolar. Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela necessidade de compreensão da importância do GE como instrumento de fortalecimento da cultura democrática e inclusiva nas escolas.

Destarte, questiona-se: a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Simão Ângelo (EEMTISA) em Penaforte-CE tem incentivado a participação de alunas na composição do GE, contribuindo para o empoderamento feminino e promoção da equidade de gênero conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Organização das Nações Unidas (ONU)? Esta foi a questão norteadora que guiou os rumos desta pesquisa.

O seu objetivo geral foi verificar se o GE da EEMTISA tem contribuído para a promoção da igualdade de gênero e construção de uma educação inclusiva, participativa e identitária a partir do chão da escola. Os objetivos específicos foram: I. compreender a estrutura e composição do GE da escola Simão Ângelo; II. mapear ações desenvolvidas pelo GE da instituição pesquisada; e III. refletir sobre a importância do GE quanto ao empoderamento e protagonismo feminino no âmbito da Agenda 2030, especificamente em relação ao ODS nº 5 (Igualdade de gênero).

Para o alcance dos objetivos propostos adotou-se a abordagem quantitativa a partir do método estudo de caso e pesquisa bibliográfico-documental. A observação empírica da realidade/cotidiano escolar também foi empregada como técnica de investigação.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção traz discussões e reflexões que fundamentam o tema e a problemática de estudo aqui proposta, fornecendo argumentos e subsídios para uma melhor compreensão da importância do grêmio estudantil enquanto espaço educativo de promoção do protagonismo feminino voltado para a construção da equidade de gênero a partir da escola. Abrantes (2003), Arroyo (2005), Luck (2008), Martins e Dayrell (2013) e Leão e Carmo (2021) foram algumas das referências utilizadas, além de documentos e legislações educacionais específicas sobre o assunto em pauta.

### 2.1 ESCOLA E JUVENTUDES

A escola é concebida pela sociedade como a segunda casa dos/as jovens estudantes, um espaço plural e dinâmico de convivência, produção e compartilhamento do saber historicamente construído. Em seu interior, diversos atores comunicam-se constantemente a partir de diferentes linguagens e interações didático-pedagógicas intencionais acerca dos mais variados temas que afetam a vida dos indivíduos em coletividade, tais como política, economia, sociedade, cultura, tecnologia, meio ambiente, dentre outros, os quais perpassam as diferentes áreas do conhecimento (Abrantes, 2003; Brasil, 2018). É nesse espaço comunitário, democrático e institucionalizado que estão inseridas as diferentes juventudes, aqui entendidas como grupos sociais de adolescentes com gostos, sonhos, interesses, personalidades, culturas e objetivos de vida diversos, os quais devem ser (re)conhecidos e valorizados pelos demais atores da escola (gestão escolar, professores/as e demais profissionais da educação), a fim de promovermos uma prática educativa inclusiva a partir da valorização da diversidade sociocultural juvenil, objetivando a transformação social de toda a comunidade escolar (Brasil, 2018; Leão; Carmo, 2021).

Sabemos, porém, que o processo educativo não é nada simples, uma vez que a realidade de vida dos jovens estudantes é muito diversa do ponto de vista socioeconômico, cultural e identitário, fatores intrínsecos e condicionantes ao conceito de juventudes, os quais muitas das vezes não são assimilados corretamente pela instituição escolar, o que pode refletir em conflitos internos, exclusão, desinteresse pelos estudos por parte dos educandos, aspectos negativos que comprometem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a efetivação da formação cidadã dos/as alunos/as da educação básica (Leão; Carmo, 2021).

Deste modo, é fundamental que a escola possa ser um espaço de acolhimento das juventudes estudantis, constituindo-se em um território de confluência entre os objetivos educacionais da instituição de ensino e da respectiva rede à qual pertence e os anseios de centenas de alunos e alunas em transformar suas vidas para melhor a partir da potencialização dos seus sonhos e efetivação de projetos de vida com protagonismo, empatia e resiliência (Brasil, 2018; SEDUC-CE, 2023).

Nesse escopo, considerar que há juventudes implica a construção e organização de escolas que admitam a diversidade e que reconheçam os jovens como seus interlocutores legítimos acerca de assuntos como currículo, ensino e aprendizagem. Significa, ainda, ofertar aos jovens estudantes possibilidades para sua formação integral/omnilateral, considerando seus diferentes contextos sócio-históricos, culturais e territoriais, sua formação para o mundo do trabalho e seu preparo para o exercício da cidadania, possibilitando escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (Brasil, 2018).

## 2.2 GRÊMIO ESTUDANTIL E PROTAGONISMO JUVENIL

Partindo-se do princípio de que a escola deve conformar-se como espaço democrático e de inclusão social com forte participação da sua comunidade na tomada de decisões sobre os mais diversos temas que afetam o cotidiano escolar, entendemos ser imprescindível a existência e adequado funcionamento dos seus órgãos colegiados, a exemplo dos Conselhos Escolares (CEs), Conselhos de Classe (CC) e Grêmios Estudantis (GEs). Esses organismos, quando constituídos e atuantes, podem auxiliar na gestão democrática das instituições de ensino, contribuindo para o alcance de objetivos educacionais comuns (Brasil, 2014).

O GE, em particular, como órgão colegiado de composição paritária, deliberativo e representativo dos interesses dos estudantes, assume papel importante na tomada de decisões que podem afetar diretamente o cotidiano e o desenvolvimento das juventudes no ambiente escolar. Ele é um espaço privilegiado da atuação discente, que pode contribuir para o desenvolvimento do espírito democrático, fortalecendo a ética e a cidadania na escola (Oliveira *et al.*, 2022). Do ponto de vista educativo e prático, o colegiado favorece o debate de ideias e troca de experiências entre os estudantes e demais segmentos das instituições de ensino, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e socioemocionais inerentes à formação integral das juventudes (SEDUC-CE, 2023).

Nesse sentido, o GE consolida-se como instrumento potencializador do protagonismo estudantil a partir do desenvolvimento da capacidade de decidir, intervir e/ou influenciar em decisões concernentes aos direitos e deveres dos/as alunos/as nas escolas, possibilitando relações mais igualitárias e horizontais entre corpo discente, docente e gestão escolar, a partir da construção de propostas político-pedagógicas que gerem impacto social e político-cultural nos âmbitos local, estadual, regional, nacional e global (Martins; Dayrell, 2013).

O GE deve integrar os processos participativos da gestão escolar, intervindo para a melhoria da qualidade do processo educativo a partir da problematização crítica da realidade social, cultural, territorial, econômica, política, tecnológica, ambiental e ética do contexto no qual as juventudes estão inseridas, ressignificando o papel ativo dos estudantes na corresponsabilização pela construção de uma escola, comunidade e sociedade mais justa e igualitária para todos/as (SEDUC-CE, 2023).

### 2.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada nas etapas pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, abrange todos os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana em sociedade, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, dentre outros, deve estar baseada em princípios como a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas e na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber desenvolvidos nas múltiplas áreas do conhecimento (Brasil, 1996). Os mais diferentes aspectos inerentes à vida em sociedade, desde os ambientais até os econômicos, políticos, culturais e sociais devem compor os projetos políticos pedagógicos (PPP) e currículos escolares das instituições básicas de ensino, possibilitando às juventudes uma formação holística (global), contextualizada e crítica em relação à sua realidade local, regional, nacional e global, levando-os à reflexão-ação-reflexão (*práxis*) para a intervenção consciente em seu meio, assegurando o pleno exercício da cidadania e fornecendo-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil, 1988, 1996, 2018).

Observado o exposto e considerando as demandas do mundo atual e a complexidade da educação contemporânea, é mister que no ensino básico as juventudes possam tomar conhecimento das inúmeras problemáticas que afetam o espaço global com reflexos em seus contextos locais, sensibilizando-as para o engajamento e atuação coletiva em prol da construção de comunidades e sociedades sustentáveis no mais amplo sentido. Desta forma, dar visibilidade e conhecimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) nas escolas é imprescindível para a construção de uma educação integral e humanitária (ONU Brasil, 2015; Brasil, 2018).

Os ODS (Figura 1) foram lançados em 2015, a partir da ampliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos em 2000. Correspondem a uma pactuação e agenda internacional (Agenda 2030) entre os Estados-membros das Nações Unidas com o objetivo geral de melhorar a qualidade de vida das populações dos diversos países, almejando-se, para isso, a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima global, o acesso ao saneamento e água potável, a luta pela igualdade de gênero, dentre outras ações, de modo que todas as pessoas em todos os lugares e territórios possam desfrutar de paz e prosperidade (ONU Brasil, 2015).

**Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**



Fonte: ONU Brasil (2015).

São 17 ODS que compõem a Agenda 2030 e 169 metas voltadas para a efetivação dos Direitos Humanos fundamentais, da escala local à global, os quais devem compor o currículo escolar e a prática pedagógica. É nesse contexto que podemos destacar o ODS nº 5 (Igualdade de gênero), o qual pode e deve ser trabalhado a partir do chão da escola por meio da ação docente e discente, via GE, contribuindo localmente para o empoderamento feminino e a equidade de gênero a partir da maior participação de alunas nas decisões e rumos da vida escolar e da sua comunidade (ONU Brasil, 2015).

### 3. METODOLOGIA

O estudo apresenta abordagem quanti-qualitativa e natureza básica. A pesquisa quantitativa visa à obtenção de dados numéricos, que podem ser analisados estatisticamente. Já as do tipo qualitativa, tem por finalidade investigar o processo de determinado problema a partir da execução de uma sequência de atividades, o que envolve a coleta e redução de dados, sua categorização, interpretação e redação do relatório final, visando produzir novos conhecimentos e contribuir para o avanço da ciência (Gil, 2002; Schwartzman, 2002).

Quanto aos objetivos pretendidos, caracteriza-se como pesquisa exploratória, à qual intenciona maior familiaridade por parte do pesquisador com o problema investigado, o aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições. Sobre os procedimentos técnicos, enquadra-se como estudo de caso, apoiado em pesquisa bibliográfico-documental e observacional. O estudo de caso consiste na investigação profunda de um ou poucos objetos, possibilitando seu amplo e detalhado conhecimento, de modo a explorar situações do cotidiano cujos limites não estejam claramente definidos, assim como contribuir para a explicação das variáveis causais de determinado fenômeno, garantindo, assim, a preservação do caráter unitário do objeto estudado (Gil, 2002; Lakatos; Marconi, 2003).

O *lôcus* da pesquisa foi a EEMTISA (Figura 2), vinculada à Vigésima Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE-20), única escola de ensino médio da rede estadual localizada no município de Penaforte.

Seu objeto de estudo foi o GE da referida instituição educacional, colegiado que representa os interesses dos estudantes na unidade de ensino. Atas, fichas, relatórios, estatuto e plano de trabalho do GE (documentos de domínio público), legislações educacionais e fontes literárias foram apreciadas em 2024.1, a partir da estatística descritiva básica/simplex (para os dados quantitativos) e princípios da análise de conteúdo (para os qualitativos) para a compreensão da problemática em evidência (Bardin, 2016).

**Figura 2** - Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Simão Ângelo, Penaforte-CE



Fonte: Facebook EEMTI Simão Ângelo (2020).

Considerando os preceitos éticos e formais da investigação científica estabelecidos pelo sistema CEP/CONEP e com base na Resolução 510/2016 do Ministério da Saúde (Brasil, 2016), o caminho da pesquisa, resumidamente, foi o seguinte: inicialmente, realizou-se uma investigação bibliográfica e documental acerca da caracterização, composição e atuação do GE na escola, de modo que possibilitasse uma visão detalhada e profunda da sua estrutura e funcionamento, processo apoiado também na observação empírica da realidade escolar.

Após, foram levantadas ações/atividades realizadas e registradas pela gestão gremista, com mandato vigente de maio de 2023 à maio de 2025, no âmbito escolar que estivessem relacionadas ao protagonismo feminino e à promoção da equidade de gênero, possibilitando ao pesquisador compreender a efetivação ou não de práticas educativas e propostas de trabalho do GE constantes nos documentos inerentes ao órgão colegiado, traçando um paralelo com as metas do ODS nº 5 da Organização das Nações Unidas (ONU Brasil, 2015).

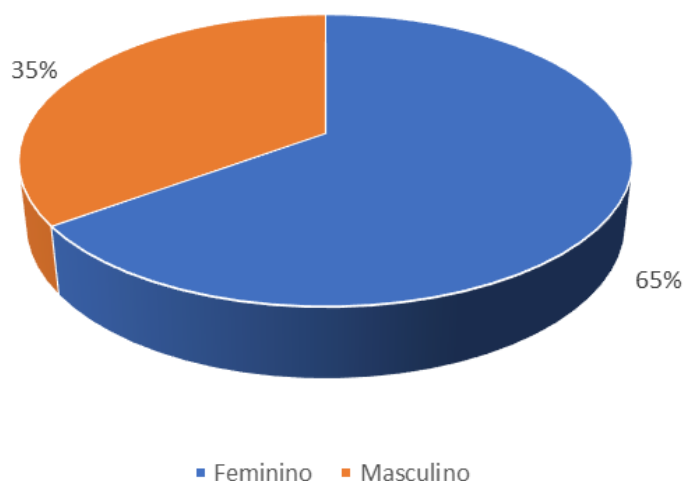
Diante do exposto, compreende-se que a realização do estudo foi pertinente para a EEMTISA e toda comunidade escolar, uma vez que proporcionou a divulgação de experiências exitosas do GE da instituição pesquisada, gerando reflexões acerca de práticas educativas advindas do chão da escola a partir da ação direta de alunas e alunos comprometidos com uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade para todos/as.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Simão Ângelo, em 2024.1, contava com um corpo discente de aproximadamente 450 estudantes, distribuídos entre turmas de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> séries, modalidade integral, e uma turma regular de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com aulas no turno noturno. Apesar de ser uma escola localizada no distrito sede (Penaforte), meio urbano, a maior parte dos/as educandos/as atendidos/as pela instituição são provenientes do meio rural do município e de áreas adjacentes, inclusive de Salgueiro-PE devido à proximidade geográfica, aspecto peculiar da escola pesquisada (EEMTISA, 2024).

O estudo revelou que o GE da EEMTISA é composto por 20 representantes de estudantes matriculados/as em turmas de 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ano, com expressiva participação feminina: 13 meninas (10 titulares e 3 suplentes), o que corresponde à 65% dos seus membros pertencendo ao gênero feminino e 7 meninos (1 titular e 6 suplentes), correspondendo a 35% dos seus integrantes do gênero masculino (Gráfico 1).

**Gráfico 1- Gênero do GE da EEMTISA**



Fonte: Produzido pelos autores (2024).

A maior representatividade do gênero feminino na composição do GE vem ao encontro das metas inerentes ao ODS nº 5 da ONU (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), especialmente sua meta 5.5 (Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública) (ONU Brasil, 2015).

Nesse sentido, verificou-se que no âmbito do GE da instituição de ensino público pesquisada a presidência e vice-presidência do colegiado são exercidas por alunas, assim como os cargos de secretaria, tesouraria, diretorias de políticas sociais e educacionais, cultura, meio ambiente, diversidade de gênero e de relações étnico-raciais, dentre outras, fato que evidencia uma maior participação feminina nas tomadas de decisão em âmbito escolar, o que tem favorecido o

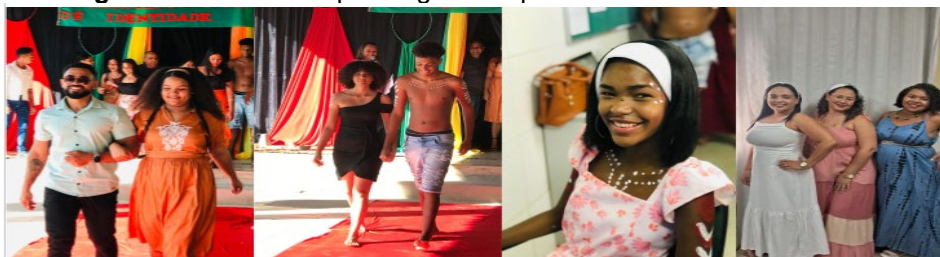
empoderamento de meninas em âmbito local, refletindo em sua atuação direta na comunidade escolar e sociedade (EEMTISA, 2024).

Corroborando com esse pensamento, Oliveira *et. al.*, (2022) apontam que os Grêmios Estudantis representam importantes mecanismos de garantia de participação política dos/as estudantes nos processos de gestão escolar, dada a condição de representantes legais dos interesses comuns de seus pares, constituindo-se em espaços de trocas de opiniões, de críticas e discussão de propostas educacionais a partir de maiores interações pessoais e sociais entre os diferentes atores da cena escolar.

Quanto às ações desenvolvidas na EEMTISA pelo GE com o apoio de professores/as e gestores/as da unidade de ensino, foi possível verificar a ocorrência de atividades de cunho didático-pedagógico-recreativo executadas entre maio de 2023 e junho de 2024 com forte participação feminina e da comunidade escolar, contribuindo para a realização de momentos de aprendizagem e trocas de experiências entre todos os envolvidos.

Dentre as principais ações, podemos destacar a realização de desfile voltado à valorização da diversidade e identidade étnico-racial da comunidade escolar e de combate ao racismo e outras violências (Figura 3), ações recreativas de entretenimento, a exemplo do “Correio Elegante” (Figura 4) que consistiu na escrita e leitura de mensagens produzidas pelos/as estudantes no pavilhão da escola, e a realização de eventos culturais, como os festejos juninos (Figura 5), protagonizados, especialmente, por alunas integrantes do GE e professores/as da instituição de ensino.

**Figura 3 - Desfile: Corpos negros - expressões da identidade escolar**



Fonte: Arquivos da EEMTISA (2023).

**Figura 4 - Atividade recreativa intitulada “Correio Elegante”**



Fonte: Arquivos da EEMTISA (2023).

**Figura 5 -** Evento comemorativo aos festejos juninos



Fonte: Arquivos da EEMTISA (2023).

As experiências realizadas pelo GE da EEMTISA demonstram a efetivação do protagonismo juvenil estudantil, inclusive, feminino, no chão da escola, promovendo o engajamento e cooperação entre alunas, alunos, docentes, gestores/as e demais representantes da comunidade escolar para a construção do saber/conhecimento de forma dinâmica/viva e contextualizada. Nessa direção, é fundamental criar espaços e tempos para potencializar a capacidade de participação e decisão dos/as estudantes acerca de questões próprias da educação, fortalecendo ações de aprendizagem e transformação da realidade sociocultural local com reflexões em escalas mais abrangentes (Luck, 2008).

Para Arroyo (2005), a participação efetiva da comunidade local, inclusive dos colegiados, nas decisões e rumos da escola começa quando a mesma abandona, aos poucos, o autoritarismo e a centralidade gerencial, abrindo espaços para que todos os envolvidos no processo educativo, principalmente o corpo discente, possam dialogar e opinar acerca dos problemas identificados, buscando soluções razoáveis e exequíveis dentro dos limites da cidadania ética e responsável.

Destarte, as agremiações estudantis ativas e fortalecidas pela abertura democrática das escolas contribui significativamente para o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores essenciais à vida em sociedade, tais como o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade humana e a mobilização constante da luta pela equidade de gênero e redução das múltiplas desigualdades inerentes ao modelo societário vigente (Oliveira *et. al.*, 2022).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou reflexões importantes acerca do papel da escola enquanto instituição social promotora da cidadania, considerando essencial a atuação das agremiações estudantis para a promoção do protagonismo juvenil, especialmente o feminino, na construção democrática do ambiente escolar e comunitário frente aos desafios contemporâneos, mas não novos, da sociedade, como a luta histórica pela igualdade de gênero conforme estabelece o ODS nº 5 e a gestão democrática das instituições básicas de ensino, conforme orienta a legislação educacional brasileira vigente.

Ao analisarmos o caso da Escola Simão Angelo em Penaforte-CE, entendemos que o GE constitui ferramenta educativa de luta pela equidade de gênero e valorização/empoderamento de todas as mulheres/meninas, contribuindo localmente, a partir da escola e sua comunidade, para a efetivação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, o colegiado tem atuado incansavelmente junto aos/às docentes e equipe gestora em prol de uma educação equitativa e inclusiva, contribuindo para a formação integral dos estudantes e valorização da diversidade e dignidade humana.

Concluimos este estudo convencidos de que as juventudes e seus protagonismos tornam a escola um ambiente vivo/ativo, ou seja, um espaço imerso em movimentos constantes de ideias, valores, conhecimentos/saberes indispensáveis à construção consciente, ética e democrática das identidades individuais e coletivas.

Sugere-se a continuidade e aprofundamento desta pesquisa a partir da investigação do papel de outros órgãos colegiados, a exemplo do Conselho Escolar, quanto às suas contribuições para a promoção da igualdade/equidade de gênero na escola e para a gestão democrática das instituições básicas de ensino, impulsionando a efetivação do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões (ecológica, econômica, social, política, cultural e ética).

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Pedro. **Os sentidos da escola**: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. Oeiras: Celta, 2003.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39-56.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília-DF, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília-DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução 510/2016**. Brasília-DF, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL SIMÃO ÂNGELO, EEMTISA. **Arquivos da instituição**. Penaforte-CE, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira; CARMO, Helen Cristina do. **Juventudes e escola**. Ebook - Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Gavioli de; LUIZ, Maria Cecília; SILVA, Camila Perez da. Participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 3, p. 1415-1431, 2022.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa científica e o interesse público. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2, p. 361-395, 2002.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, SEDUC/CE. **Grêmio Estudantil: protagonismo e cidadania na escola**. Governo do Ceará, 2023. Disponível em: <[www.seduc.ce.gov.br](http://www.seduc.ce.gov.br)>. Acesso em: 10 mar. 2024.